

1				

62LR00004

CALANGOS DO SERTÃO



ANA MÁRCIA

Índios Kalankós mudaram identidade para sobreviver e recuperam etnia

Como os calangos que mudam de cor, viviam os kalankós na terra arenosa e pouco produtiva do alto sertão de Alagoas, em Água Branca, ou espalhados nas serras de Mata Grande e Canapi. Eles viviam sempre mudando ou negando sua identidade para fugir da perseguição do homem branco para sobreviver. Dos calangos das caatingas também se alimentam durante a seca, como faz o próprio sertanejo pobre, daí a denominação que ganharam os índios kalankós, de Água Branca. Vieram do tronco pankararu, de origem pankararé, que habitavam Pernambuco e Bahia. Em Alagoas são, em condições sociais, os mais sofridos e miseráveis dos povos indígenas. É um povo magro, sem expressão, ressurgido em busca de sua identidade desde 25 de junho de 98, mas ainda não reconhecidos oficialmente como povos indígenas.

Os kalankós, assim como todos do tronco pankararu, vieram do município de Tancaçara, em Pernambuco, um lugarejo chamado Brejos dos Padres. Jorge Vieira, assessor de Comunicação e estuioso do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), informa que na época da colonização, nos séculos XVII e XVIII, os índios pankararus foram reunidos e redistribuídos para a criação de gado. Em Brejo dos Padres, eles entraram para ser catequizados, partindo depois para o trabalho na pecuária.

"Os padres eram aliados dos fazendeiros e os índios arrancados de suas terras para serem escravizados nas fazendas de criação de gado", diz Jorge. Alguns índios concordavam, outros não, ocorrendo então uma diáspora e muitas lutas internas entre índios e fazendeiros. Hoje, há pankararus no Brasil inteiro, sobretudo, em Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Os raquíticos kalankós formam hoje 54 famílias distribuídas em três comunidades: Lajeiro do Couro, Januária e Gregório, a 18 quilômetros de Água Branca, sem escola, posto de saúde, ou qualquer infra-estrutura.

Laudo antropológico

Os kalankós dependem de um levantamento étnico-histórico, feito por antropólogos para serem reconhecidos. Trata-se de um laudo antropológico para oficializar sua identidade indígena, até então negada por uma questão de sobrevivência. A própria Funai dispõe desses profissionais, ou poderia contratar na Ufal, ou em Pernambuco. Depois desse processo, o gover-



FOTOS DE LUIZ CUNHA

no federal é obrigado a garantir o território indígena. Na opinião de Jorge Vieira, do Cimi, há um descaso em relação a tais providências.

A aldeia fez um encaminhamento à administração regional da Funai, mas até o momento não recebeu resposta. "Isso implica em falta de terra e miséria", diz Jorge. Com a região e as casas de taipas, atraíram o barbeiro, inseto transmissor da doença do Mal de Chagas. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) financiou a construção de casas de tijolos nas três comunidades indígenas.

O cacique Antônio Severo explica que a terra disponível hoje é muito pequena e os filhos trabalham no mesmo espaço dos pais, com dificuldades. Quando a seca permite, eles colhem milho, feijão,

mandioca e algodão. "A gente sofre demais, vive porque é teimoso e, pela concentração em nosso Deus Pai, estivemos enfrentando dois anos de seca, sem direito de tirar nada, nem a semente que plantamos na terra", diz Antônio.

"Passamos necessidades", afirmam os índios ao referir-se à falta de alimentos e outros gêneros. O pajé também se chama Antônio e traz na face os traços do sofrimento. É franzino como seu povo. "Na mata a gente não encontra mais nada, porque os kalankós caçam e conservam, mas o branco vem da cidade e acaba com tudo", diz.

Ele avisa que seu povo irá tomar providência para evitar que os brancos abusem de caçadas em poucas terras que ocupam hoje. Vão reforçar a vigilância na tentativa de dei-

xar que algumas aves cresçam e se reproduzam, voltando a ser uma fonte de alimentação.

Sobre a opção de comer calango, Antônio diz que o réptilzinho já matou muita fome de seu povo, misturado com beiju de mandioca assado: "A gente come o calango-zinho para não tocar em algo alheio, isso é uma forma de manter a nossa moral e não passar decepção", ressalta o pajé Antônio.

Mortalidade infantil

Josefa Santos da Silva só tem 19 anos, mas já perdeu quatro filhos em duas gestações de gêmeos. Ela é o próprio retrato de descaso em relação à falta de assistência médica: mesmo ainda uma menina, ao engravidar de gêmeos, há 8 anos, quando só tinha 11 anos, nunca foi ao

médico. Pré-natal nunca existiu em sua linguagem.

"Foram duas barrigadas de gêmeos, a primeira foi um aborto de seis meses e na segunda, os meninos morreram logo depois do nascimento", disse a índia. A Kalankó Josefa tem hoje Adeliton, de 1 ano e 4 meses, o único que sobreviveu na terceira gestação. Os partos foram todos feitos em casa.

Ritual sagrado

"Assustadoramente bonito", define o repórter fotográfico Luiz Cunha ao registrar o ritual do batismo do terreiro, no domingo, 9 de abril, num dia de festa religiosa dos kalankós. Doze homens, especialmente escolhidos, vestem o praiá, uma roupa sagrada feita de palha, que cobre da cabeça aos pés.

Neste momento, incorporam os encantados, espíritos de seus antepassados e de animais. O praiá é uma tradição dos índios pankararus. Os homens são apontados pelas entidades espirituais, devem ser exemplares em sua conduta dentro da tribo e cumprir certas regras, três dias antes de vestir o praiá: nestes dias que antecedem a festa não podem ter relações sexuais, tomar banho com ervas especiais para purificar o espírito e até comem em locais específicos.

Cruzes expostas nos lençóis que enfeitam o praiá e nos movimentos que fazem em forma de cruz durante a dança demonstram o legado da religião católica entre os indígenas. O objetivo do batismo do terreiro é oficializar naquele pedaço de terra, um ritual que antes faziam às escondidas. "Eles estão oficializando que agora podem realizar o ritual aberto, na presença de brancos, porque antes tinham que pedir licença na aldeia Pankararu, em Brejo dos Padres", diz Jorge Vieira, do Cimi. Como se trata de povos ressurgidos do Sertão, eles estão em processo de afirmação à sociedade que são índios.

São 10 horas seguidas de dança religiosa, das 8 às 18 horas. O sol do alto Sertão, a vestimenta e o ritmo marcante deixam os homens suados, mas eles nem demonstram cansaço e respondem a todos os sinais do pajé e de outro irmão que fica sentado num ponto do terreiro, como se fosse uma espécie de maestro, marcando os passos e entoando os cânticos que são respondidos em coro. Os moços de praiá têm flautas amarradas em suas vestimentas, para dar um efeito sonoro à coreografia.

Num dado momento, os moços como são chamados, recolhem-se a uma das casas, denominada poró, simbolizando um templo e passam a dançar e cantar de portas fechadas. Nesse ambiente, brancos e mulheres não têm acesso. O cheiro de incenso surge no ar. São ervas aromáticas queimadas no cachimbo.

Quando voltam ao terreiro, entoam uma música com a finalidade de descontrair o grupo: "sou caboclo índio, eu trabalho com fé, eu venho trabalhando, sou pankararé...". O pajé Antônio tenta explicar o que denomina de ciência de índio. "Estamos apresentando nossa origem, concentrando a atenção em nosso pai Tupã, em nossos encantados, e em Deus e a Virgem Maria, para enfrentar nossa luta", diz o pajé.